

# O COMEÇO DO RADIOJORNALISMO NA AMAZÔNIA: o mapeamento das primeiras iniciativas nos estados da região Norte<sup>1</sup>

## THE BEGINNING OF RADIO JOURNALISM IN THE AMAZON: the mapping of the first initiatives in the states of the North region

Abinoan SANTIAGO<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil

Paula Melani ROCHA<sup>3</sup>

Universidade Estadual de Ponta Grossa | Brasil

### Resumo

Se no Brasil o marco inicial do rádio é datado de 1922, na Amazônia demorou cinco anos para que seus habitantes pudessem ouvir pela primeira vez as ondas radiofônicas. Do primeiro ao último dos sete estados da região Norte a ter radiojornalismo, existe o lapso temporal de 42 anos. Cada unidade da federação tem sua peculiaridade sobre o início do rádio em seus territórios, porém, percebe-se que em sua maioria, a mão do estado/política local está presente. Este artigo é resultante de pesquisa de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e se ancora no jornalismo regional e história positiva. A coleta se deu por meio de pesquisa documental e história oral, e mostrou semelhanças e diferenças entre os estados sobre o início do rádio em cada um deles.

### Palavras-chave

Radiojornalismo; Jornalismo; História do Jornalismo; Amazônia; Região Norte.

### Abstract

If in Brazil the radio's initial milestone is dated 1922, in the Amazon it took five years for its inhabitants to hear the radio waves for the first time. From the first to the last of the seven states in the North region to have radio journalism, there is a 42-year time lag. Each unit of the federation has its peculiarity about the beginning of radio in their territories, however, it is clear that most of them, the hand of the local state / politics is present. This article is the result of research defended in the Masters in Journalism at the State University of Ponta Grossa (UEPG) and is theoretically anchored in regional journalism and positive history. The collection took place through documentary research and oral history and showed similarities and differences between the states regarding the beginning of radio in each of them.

### Keywords

radiojournalism; journalism; history of journalism; Amazon; North region.

RECEBIDO EM 23 DE MARÇO DE 2020  
ACEITO EM 27 DE ABRIL DE 2020

<sup>1</sup> Este artigo é resultante de pesquisa de mestrado defendida em fevereiro de 2019.

<sup>2</sup> JORNALISTA. Doutorando Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Contato: abinoansantiago@gmail.com.

<sup>3</sup> JORNALISTA. Professora do PPG e da Graduação em Jornalismo da UEPG. Bolsista produtividade em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - Fundação Araucária (Convênio 049/2019). Contato: paulamelani@gmail.com.

## Introdução

**A**penas cinco anos depois da primeira transmissão de rádio no Brasil, ocorrida em 1922 no Rio de Janeiro, os povos da Amazônia tiveram contato com o rádio pela primeira vez. O fato ocorreu em 1927, em decorrência do pioneirismo do então governador do Amazonas, Ephigênio Salles, que buscou por meio da divulgação de indicadores econômicos reviver o apogeu do próspero Ciclo da Borracha que outrora aquele estado viveu entre o fim do século XIX e início do século XX. A estratégia não durou muito tempo, porém representou o marco do início do radiojornalismo na região Norte brasileira.

Do primeiro estado nortista ao último a ter uma emissora de rádio aos seus habitantes, houve o lapso temporal de 42 anos. Tocantins estreou a sua primeira transmissão em 1969, no auge do regime ditatorial militar vigente no país. Os militares, inclusive, tiveram papel fundamental para que os demais estados da região também pudessem construir as suas emissoras radiofônicas. Era uma forma de impor sua ideologia aos povos da Amazônia por meio das ondas sonoras (SANTOS, 2019).

Este artigo se dedica a essas primeiras iniciativas do radiojornalismo nos estados da região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O objetivo aqui é revelar as peculiaridades, semelhanças e diferenças do pioneirismo da inserção do rádio na vida cotidiana da Amazônia.

A compilação neste trabalho faz parte de um esforço inédito de reunir o pioneirismo do radiojornalismo amazônida em um único artigo. Ressalta-se que este trabalho não revela os marcos do rádio na região Norte pela primeira vez. Ele, frisa-se, reúne de forma inédita esses apontamentos pioneiros em um único artigo.

A necessidade de compilar o pioneirismo do radiojornalismo nortista emergiu no decorrer de uma pesquisa de dissertação defendida em 26 de fevereiro de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ela teve como foco a historiografia do primeiro século do jornalismo do Amapá (1980-1990), mas para traçar a linha do tempo da atividade jornalística amapaense, seria preciso um primeiro passo: entender como funcionou o início do jornalismo no rádio, TV e impresso no contexto regional no qual o Amapá está inserido, que é a Amazônia. Este artigo aborda sobre o radiojornalismo.

Pontua-se que teoricamente, esse movimento de olhar para a mídia da Amazônia está sustentado neste artigo pelo jornalismo regional (AGUIAR, 2016) e história positiva (BARROS, 2013). Metodologicamente, é baseado em pesquisa bibliográfica (LAVILLE; DIONNE, 1999), documental (LE GOFF, 1990) e entrevistas de história oral (THOMPSON, 1999).

Ressalta-se que o termo “jornalismo regional” delineado por Aguiar (2016) usado neste artigo apreende o quesito geográfico de abrangência e localização do veículo de comunicação. Todos são fora do eixo tradicional do jornalismo brasileiro, isto é, Brasília-Rio-São Paulo; e abrangem mais de um espaço geográfico pelas próprias características do tipo de mídia, pois as ondas sonoras de Amplitude Modular (AM) são em larga escala, não se resumindo apenas à cidade onde estavam sediadas. É válido ressaltar, contudo, que o conceito “jornalismo regional” não dá conta de abranger por completo os veículos de comunicação da região amazônica porque não considera fatores sociais logísticos como elementos de atraso ou evolução do jornalismo em determinada localidade. Como este não é o debate deste artigo, a crítica conceitual não será tratada, porém, é essencial citá-la.

Ainda na seara teórica, este estudo se vale do que se entende como história positiva, cunhada pelo alemão Leopold Von Ranke, e que tem como umas de suas características a objetividade e neutralidade. De acordo com Barros (2013), para Ranke, a objetividade diz respeito ao contato direto do historiador com seu objeto, que são suas fontes – de maneira científica – para dar aproximação ao evento histórico a ser analisado. Já a neutralidade faz

referência ao encontro do historiador consigo mesmo – “sujeito que produz o conhecimento histórico e que precisa fazer suas escolhas relacionadas aos modos narrativos e aos aspectos interpretativos” (BARROS, 2013, p.996). No contato com o objeto, o pesquisador não pode afirmar nada que não esteja documentado. O uso dessa ótica teórica interdisciplinar se tornou essencial para elaboração deste trabalho, sobretudo, pelo movimento de compilação das rádios pioneiras da região Norte.

Antes de tratar propriamente dito do rádio nos estados do Norte, é fundamental entender, mesmo que de forma resumida, como ele se delineou no Brasil no mesmo período que as emissoras surgiram pela primeira vez na Amazônia.

## **O rádio no Brasil**

A primeira transmissão de rádio no país aconteceu na abertura das comemorações do centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, com o discurso do presidente Epitácio Pessoa, transmitido por 80 receptores importados e instalados no Alto do Corcovado, no Rio de Janeiro (ORTRIWANO, 2003). O marco teve financiamento de empresas norte-americanas do ramo de telegrafia, a Westing House International e a Western Electric Company. Segundo Luiz Ferrareto (2014), elas visavam lucrar com as festividades pela possibilidade de comercializar equipamentos de radiotelegrafia, radiotelefonía e radiocomunicação ao Ministério de Viação e Obras Públicas. A demonstração, no entanto, despertou a atenção de grupos privados naquelas tecnologias de comunicação sonora.

Um dos interessados, Edgar Roquette-Pinto, montou a primeira emissora de rádio do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1923. A data definitiva da radiodifusão no país é 1 de maio do mesmo ano, quando iniciam as transmissões regulares (ORTRIWANO, 2003). Como os anúncios pagos ainda eram proibidos pelo governo federal, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro recebia doações de ouvintes para o seu sustento. A

programação era voltada a elite, com ópera, recitais de poesia, concertos e palestras culturais.

Apesar de a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ser classificada como a pioneira (BARBOSA, 2013; FERRARETO, 2014; ORTRIWANO, 2003), a Rádio Clube de Pernambuco também reivindica o posto de primeira do Brasil. Criada em 1919, entrou no ar em fevereiro de 1923, três meses antes da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Luiz Ferrareto (2014) explica que no caso da pernambucana, as transmissões ocorriam com estações amadoras de emissão e recepção de sinal, consideradas ilegais para a legislação vigente à época. Isso faz com que Roquette-Pinto tenha marcado o início do rádio brasileiro.

Desde seu início, a rádio sempre andou ao lado do jornalismo. Gisela Otrivano (2003) considera o “Jornal da Manhã” como o primeiro rádiojornal do Brasil. A apresentação era por conta de Roquette-Pinto, que lia notícias de jornais impressos e acrescentava informações em forma de comentários.

A introdução do jornalismo na programação fez a Rádio Sociedade Rio de Janeiro se consolidar no cotidiano das pessoas, principalmente em razão de ser a principal fonte de informação de quem não possuía conhecimento intelectual suficiente para ler e interpretar uma notícia em um jornal impresso (OTRIWANO, 2003). Em 1925, a emissora cria mais três programas jornalísticos, o “Jornal do Meio-Dia”, “Jornal da Tarde” e “Jornal da Noite”, com o mesmo formato do “Jornal da Manhã” (FREITAS, 2012).

Em 1932, Getúlio Vargas autoriza a inserção publicitária nas programações. Isso transforma o pensamento dos proprietários das emissoras, que de produção erudita passam a apostar no cunho popular para conquistar mais audiência e consequente aumento de faturamento.

Além do fim da proibição da publicidade, ainda nos anos 1930, outros dois marcos: a Rádio Record, em São Paulo, em 1932, organiza a primeira transmissão em rede com demais emissoras paulistas para noticiar eventos da Revolução Constitucionalista; e um ano antes, o jornalismo esportivo ganhava

seus primeiros contornos no radiojornalismo brasileiro, com a transmissão de partidas de futebol. Nicolau Tuma narrou pela primeira vez um confronto futebolístico, na Rádio Educadora Paulista, em 19 de julho de 1931 (OTRIWANO, 2000).

Já em 12 de setembro de 1936, entra no ar a Rádio Nacional. Ela passou para o governo federal em 1940, quando Getúlio Vargas, no regime do Estado Novo (1937-1945), acampou a empresa “A Noite”, que além do jornal de mesmo nome, tinha a posse da referida emissora (OTRIWANO, 2003). No período ditatorial varguista, o controle da imprensa era rigoroso. Somente quanto aos jornais, estima-se que 61 publicações deixaram de circular por força do poder executivo (BARBOSA, 2013).

Com o desenvolvimento do rádio como um veículo de comunicação de massa, Vargas, durante o regime do Estado Novo, o utilizou como instrumento político e ideológico. No ano da instalação do período ditatorial varguista, existiam 42 emissoras no país. Ao fim, o número estava em 111.

Já em 1941, surge o “Repórter Esso” na Rádio Nacional. O programa, que durou até 1968, representou uma mudança na forma de apresentar a notícia no rádio (CALABRE, 2002), influenciando demais jornais ao aplicar o estilo objetivo do jornalismo norte-americano.

As notícias deveriam ser apresentadas no noticiário Esso de forma sucinta, priorizando a informação (data, local, principais envolvidos). O locutor não deveria expressar sua opinião pessoal e sim restringir-se a noticiar o fato. Para os produtores, essa era a fórmula dos noticiários imparciais. Durante muito tempo, vários noticiários radiofônicos e televisivos agiram dentro dessa lógica de imparcialidade, desprezando o fato de que o próprio ato de escolher a notícia e o que dizer sobre ela é estar assumindo uma posição sócio-política demarcada. (CALABRE, 2002, p. 218).

No auge do “Repórter Esso”, em meados dos anos 1940, a popularidade alcançava 86% da preferência dos ouvintes que tinha acesso ao rádio, segundo pesquisas de institutos de medição de audiência (CALABRE, 2002). O jornal tinha como concorrente o “Grande Jornal Falado Tupi”, criado em 3 de abril de 1942, na *Rádio Tupi* São Paulo.

## O COMEÇO DO RADIOJORNALISMO NA AMAZÔNIA: o mapeamento das primeiras iniciativas nos estados da região Norte

O Repórter Esso e o Grande Jornal Falado Tupi foram os primeiros, no Brasil, a mostrar preocupação quanto a uma linguagem específica para o rádio, procurando elaborar a notícia de forma a atender as características do meio radiofônico e não do jornalismo impresso. "O 'Repórter Esso' abrindo fronteiras, o 'Grande Jornal Falado Tupi' buscando todas as nossas fronteiras, levando informações, reportagens e comentários até então inacessíveis aos brasileiros de todos os rincões, começavam a definir o embrião do radiojornalismo nacional. (OTRIWANO, 2003, p.75).

Em 18 de setembro de 1950, estreava a *TV Tupi Difusora*, em São Paulo. Com isso, o rádio ganha mais um tipo de mídia para disputar a atenção do público. O acirramento não ocorreu imediatamente porque a televisão ainda precisava ganhar popularidade, diferentemente do rádio, já consolidado. Para se ter uma noção, em 1948, no Rio de Janeiro, 91% dos domicílios possuíam o aparelho. Em São Paulo, o percentual alcançava 88% (BARBOSA, 2013).

Apesar de sua consolidação, o rádio perdia espaço à medida que a presença da televisão avançava no cotidiano das pessoas. Nos anos 1960, de acordo com Luiz Ferrareto (2012), as emissoras radiofônicas sentem pela primeira vez a sangria causada pela TV, que nesta década passa a captar grande parte das verbas publicitárias, resultando em queda de faturamentos. A audiência também enfrenta uma crise. Os conteúdos, antes apenas veiculados no rádio, são levados para a televisão, que além do som, oferecia ainda imagem ao público.

O rádio precisava se reinventar. Assim o fez. A tecnologia deu o novo gás que as emissoras precisavam. Nos anos 1960, o gravador magnético possibilitou maior agilidade, mais versatilidade, melhorou a qualidade das captações externas de áudio, controle no conteúdo das mensagens a partir das edições e, o principal, barateou os custos de manter uma grade 24 horas no ar, pois os programas ou trechos deles poderiam ser repetidos (OTRIWANO, 2003).

O rádio se reinventou no aspecto editorial. Surgiu nos anos 1960 o tripé música, informação e esporte. O jornalismo ganha mais espaço, com

“emissoras conceituadas do país se dedicando quase que exclusivamente ao jornalismo e à prestação de serviço, trazendo novo vigor ao ambiente midiático” (BIANCO, 2015, p.36).

Ainda nesta década surgem as emissoras com sinal FM. Mesmo existindo desde meados dos anos 1950 em caráter experimental com a Rádio Imprensa, no Rio de Janeiro, a nova frequência ganha corpo oficialmente em 1968, quando a Rádio Tropical entra no ar, em Manaus, no Amazonas, pela primeira vez em FM (SILVEIRA, 2017; MAFRA; MONTEIRO, 2017).

A popularização das emissoras FM representou o último marco histórico do rádio no Brasil antes dos anos 1990. Nas décadas de 1970 e 1980, houve a consolidação do radiojornalismo e da prestação de serviços. As programações se aproximam no *allnews* na AM e do entretenimento no FM.

Acontece a consolidação do novo grande impulso ao radiojornalismo, que começou na fase anterior [anos 1960] como uma das saídas que o veículo encontrou para não desaparecer e, no caso do rádio AM, para enfrentar a concorrência das próprias emissoras de Frequência Modulada. É que as FMs, por sua melhor qualidade na transmissão do som, passam a ser as preferidas para o rádio musical. Detecta-se o apogeu das transformações iniciadas no período anterior: o processo de especialização e segmentação se acelera e algumas emissoras já experimentam um formato de programação que se aproxima do *allnews*; ocorre a cristalização da tendência de formação de grandes redes permanentes. Enfim, o radiojornalismo conquista um espaço definitivo na radiofonia brasileira. (ZUCULOTO, 2012, p.5).

Nos anos 1990, a televisão era realidade no cotidiano de grande parte da população do país (BARBOSA, 2013). Quando chegou a última década do século XX, o brasileiro já havia acompanhado pela telinha momentos marcantes da história nos anos anteriores que consolidou o referido ambiente midiático como um veículo de comunicação de massa.

## **O rádio na Amazônia**

A inserção da radiodifusão nos estados da região Norte do país demorou apenas cinco anos, quando surgiu a primeira, em 1927. De antemão, é



percebido o papel dos governos militares na criação das emissoras nas Unidades da Federação, sobretudo nos territórios federais. Isto é, nos que eram subordinados diretamente à União. Amazonas, Pará e Tocantins fugiram à regra pelas suas próprias características político-administrativas. Os amazonenses e paraenses viviam em estados autônomos e o território que viria a ser Tocantins, em 1988, ainda faziam parte de Goiás. Mesmo assim, a política se mostrou essencial para o surgimento das emissoras de rádio nestes locais.

Abaixo, é colocada uma síntese da primeira rádio em cada um dos estados que atualmente compõem a região Norte, a partir do local, nome da emissora, ano de fundação e os proprietários fundadores.

**Quadro 1:** As primeiras rádios na região Norte

<b>UF</b>	<b>EMISSORA</b>	<b>ANO</b>	<b>FUNDADOR</b>
<b>Amazonas</b>	Voz de Manaós	1927	Governo do Amazonas
<b>Pará</b>	Rádio Clube do Pará	1928	Jornalista Edgar Proença, advogado Roberto Camelier e o telegrafista Eriberto Pio
<b>Acre</b>	Rádio Difusora Acreana	1944	Governo territorial
<b>Rondônia</b>	Rádio Difusora do Guaporé	1945	Governo territorial
<b>Amapá</b>	Rádio Difusora de Macapá	1945	Governo territorial
<b>Roraima</b>	Rádio Difusora de Roraima	1957	Governo territorial
<b>Tocantins</b>	Rádio Difusora de Tocantins	1969	Prefeito de Porto Nacional, Antônio Poincaré

**Fonte:** Autores

Percebe-se que com exceção do Pará, nos demais estados da região Norte, a mão do poder público esteve presente no fomento da criação das emissoras iniciais. A primeira empresa de rádio da Amazônia é datada de abril de 1927, a “Voz de Manaós”, em Manaus. A motivação para a sua criação tem contornos econômicos e políticos. Depois do fim do Ciclo da

Borracha, que durou entre 1879 a 1912, o Amazonas enfrentava uma crise financeira e a implantação de um sistema de comunicação foi uma das estratégias adotada pelos barões da borracha para manterem vivos seus seringais.

Em 1926, o mineiro Ephigênio Salles assumiu o governo do Amazonas. Uma de suas principais medidas pretendia retomar o apogeu do Ciclo da Borracha. Apaixonado por tecnologia, “enxergava nela a possibilidade de promover mudanças por meio de investimentos de alcances econômicos e sociais. Como parte de sua estratégia para revigorar a economia do Estado, ele cria, em 1927, a “Voz de Manaós” (MAFRA; MONTEIRO, 2017, p.4).

No cerne econômico, a principal proposta da emissora era transmitir às cidades do interior amazonenses os dados e as informações atualizadas sobre cotações e valorizações de produtos naturais nas bolsas internacionais, além das taxas de câmbio do exterior e interna. O governador amazonense pretendia que os barões da borracha diminuíssem seus custos com transportes, pois de posse das informações da rádio, poderiam avaliar se embarcavam ou não os produtos para exportação, sem deslocamentos em vão para Manaus (ALBUQUERQUE, 2014).

As transmissões contaram com apoio da iniciativa privada, através da empresa norte-americana *Amazon Telegraph*, que se instalou na capital amazonense. Em âmbito político, a rádio transmitia informações sobre a atuação de Ephigênio Salles. Tudo era acompanhado de perto pelo chefe do poder executivo. Ele determinou que o Palácio Rio Negro, sede do governo, fosse o local da instalação dos equipamentos. Apesar da meta de florescer novamente a economia do Amazonas pela radiodifusão, a emissora foi quem acabou sofrendo pela falta de dinheiro. Em 1929, uma grave crise atinge as finanças da estatal e resulta no fechamento do sinal por Ephigênio Salles, que um ano depois, em 1930, deixa o governo. Com o fim da “Voz

de Manaós”, o Amazonas fica sem nenhuma emissora até 1938, quando surge a Rádio Baré. Quando entrou no ar, o Pará já possuía a sua primeira experiência radiofônica.

Inspirada na *Rádio Clube de Pernambuco*, é criada em Belém, em 22 de abril de 1928, a *Rádio Clube do Pará*, por Edgar Proença, jornalista e colunista social; Roberto Camelier, advogado; e Eriberto Pio, telegrafista. Inicialmente, o sinal abrangia apenas a capital paraense. A curiosidade de um dos sócios motivou o surgimento do rádio no Pará.

Foi por meio das leituras de Roberto Camelier sobre eletrônica, somado aos seus conhecimentos outros técnicos, que Camelier construiu juntamente com radioamadores um transmissor de 120 watts que só alcançava o centro da cidade. Camelier estava sempre se atualizando nos assuntos da área, lendo uma extensa literatura quando estava no Rio de Janeiro e dialogando e trocando experiências com outros radioamadores. Então, mesmo com uma trajetória que diferia muito das pessoas ligadas à radiodifusão, já que Camelier era bacharel em Direito, foi também delegado no Rio de Janeiro e juiz no interior do Pará, o interesse e até mesmo a curiosidade o levou para experiências com a eletrônica, radiotelegrafia e radiodifusão. Futuramente, seria ele o diretor técnico da PRC-5. (VIEIRA, 2017, p. 47-48).

Edgar Proença, único jornalista do trio fundador da *Rádio Clube do Pará*, era amigo dos irmãos Moreira Pinto, fundadores da *Rádio Clube de Pernambuco*. A emissora nordestina viabilizou equipamentos para que os paraenses montassem o transmissor. Ainda com a proibição de anúncios pelo governo federal, a Rádio Clube do Pará ancorou-se nas contribuições de seus associados, como no restante do país, em razão da vedação publicitária (VIEIRA, 2017).

A emissora paraense se consolidou no mercado local apenas depois de fixar-se em um espaço próprio para montagem de estúdio e armazenamento dos aparelhos. Segundo Edimara Vieira (2017), afundada em dívidas, a emissora percorreu vários pontos de Belém. O cenário mudou com a intervenção do poder público. O então prefeito da cidade, Abelardo Conduru, pretendia urbanizar o bairro Jurunas e acreditou que doando um

terreno para a rádio construir sua sede própria, poderia impulsionar no processo de urbanização do lugar. Com auxílio de seus associados, a Rádio Clube do Pará construiu o Palácio do Rádio, onde pôde, enfim, usufruir da modernidade que buscava expressar em suas ondas sonoras (VIEIRA, 2017).

Somente depois de 16 anos da fundação da Rádio Clube do Pará, outra emissora é inaugurada em um território da região Norte que não o Amazonas ou Pará. Ocorreu em 1944, em Rio Branco, no Acre. No dia 7 de agosto daquele ano, entrou no ar a Rádio Difusora Acreana.

Primeiramente em caráter experimental, a emissora fez sua transmissão oficial em 25 de agosto do mesmo ano. Também no início funcionou em um prédio improvisado. Somente em 1 de maio de 1949, ganhou espaço próprio, construído pelo governo territorial, fundador do emissora.

A ideia partiu do então governador Silvestre Coelho. O ano da inauguração marcava o fim da II Guerra Mundial. O referido evento histórico mundial fez o Acre reviver no início dos anos 1940 o auge do Ciclo da Borracha em razão da demanda empregada pela indústria bélica pelo látex extraído dos seringais. Ao mesmo tempo em que o território acreano respirou bons ares econômicos, também sofreu com o impacto de imigrantes, a maioria do Nordeste, que levavam consigo um aparelho, o rádio (PINHEIRO; GONÇALVES, 2008), a fim de permanecerem conectados com o mundo além das copas das árvores da floresta. Frequência de Manaus e da Bolívia eram as sintonizadas por não existir uma emissora acreana.

Ao perceber que o aparelho já fazia parte do cotidiano do interior do Acre, o governador Silvestre Coelho conseguiu a concessão para implantar a *Rádio Difusora Acreana*. Ela nasceu vinculada ao Departamento Territorial de

Imprensa e atualmente faz parte do Sistema de Comunicação Pública do governo.

[A Rádio Difusora Acreana] passou a exercer um papel fundamental, vital mesmo, na vida dos seringueiros, muitos dos quais jamais tornariam a ver as luzes da cidade, sabendo dela tão somente o que era veiculado na emissora oficial, a pioneira no jovem Território. Mas, não foram somente os seringueiros que passaram a depender das informações veiculadas pela emissora pioneira. A implantação de uma nova ordem social e urbana em toda a Amazônia Sul Ocidental, que implicava em práticas sociais e culturais importadas de lugares tão distantes quanto as grandes capitais européias, necessitava de um órgão difusor desses hábitos para os habitantes das cidades. Nada melhor, então, do que empreender essa difusão de hábitos urbanos a partir do rádio. (PINHEIRO; GONÇALVES, 2008, p.7).

Se no Acre, o governo territorial criou a primeira rádio, o mesmo aconteceu em Rondônia, Amapá e Roraima, que também se encontravam na condição político-administrativa de Território Federal.

Dois anos depois de assumir o governo do recém-criado Território Federal de Guaporé (antigo nome de Rondônia), o militar do Exército, Aluísio Ferreira, decidiu criar a *Rádio Difusora de Guaporé*, em setembro de 1945 (GÓIS, 2008). A principal função da pioneira tinha como meta conectar o povo do interior aos acontecimentos da capital, Porto Velho, e demais lugares do país. A ideia não se consolidou em razão da falta de estrutura da própria emissora, o que deixava a recepção do sinal com interferências e chiados. O fim da *Rádio Difusora Guaporé* se deu com a saída de Aluísio Ferreira do governo territorial, em fevereiro de 1946. O sucessor, Joaquim Rondon, decidiu pela descontinuidade da iniciativa radiofônica estatal. A medida deixou os cidadãos rondonienses órfãos de uma rádio local. O vazio de radiodifusão acabou somente em 1961, quando a Igreja Católica fundou em agosto a *Rádio Caiari*.

O fracasso da primeira emissora rondoniense contrasta com o sucesso da Rádio Difusora de Macapá. Também tendo o governo territorial como fundador, a estatal amapaense entrou no ar de maneira experimental

em 15 de dezembro de 1945 sob a tutela do capitão do Exército Janary Nunes, chefe do executivo, nomeado por Getúlio Vargas. Em caráter definitivo, é oficializada em 11 de setembro de 1946.

Diferente da emissora do Acre e Rondônia, a do Amapá teve sua criação norteadas com teor estritamente político. Janary Nunes tornou a rádio como sua vitrine, seguindo o mesmo molde do *Jornal Amapá*, fundado em 19 de março de 1945, que mesclava atos oficiais com notícias do cotidiano macapaense. A ideia era criar uma imagem positiva do chefe do executivo à população (MONTORIL, 2012; MOREIRA, 2018<sup>4</sup>). Deu certo. Ao deixar a gestão do território federal para assumir a Petrobrás em 1955, Nunes indicou os demais governadores até 1964 e conseguiu eleger seu irmão, Coaracy Nunes a deputado federal e ainda ocupou o mesmo cargo legislativo por três mandatos pelo Amapá.

Apesar da importância dada por Janary Nunes à Difusora de Macapá como aparato político, isso não se refletiu na estrutura. Foram 33 anos funcionando próxima do improvisado no aspecto tecnológico. A situação melhorou somente a partir de 1978, quando a concessão e administração passaram à Rádio Nacional, da Empresa Brasileira de Radiodifusão (RádioBrás), criada três anos antes pelo governo do regime militar. Permaneceu assim até 1988, quando o poder executivo amapaense, comandado por José Nova da Costa comprou novamente a emissora (SILVA, 2018<sup>5</sup>).

Em Roraima, a pioneira, a *Rádio Difusora de Roraima*, fundada em janeiro de 1957, passou à RádioBrás em 1977, um ano antes de a estatal do Amapá seguir o mesmo caminho. O marco da entrada das transmissões radiofônicas em território roraimense teve como principal mentor o então governador Ene Garcez, que instalou um sistema de auto-falante em 1944,

<sup>4</sup> Concedeu entrevista de história oral ao autor em 10 de julho de 2018, em Macapá.

<sup>5</sup> Concedeu entrevista de história oral ao autor em 16 de julho de 2018, em Macapá.

em Boa Vista, a partir da articulação da Igreja Católica, que conseguiu a doação de equipamentos da Diocese do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2003).

Por 14 anos, a população roraimense tinha acesso ao rádio apenas por meio desse sistema. Somente em 4 de janeiro de 1957 vai ao ar a primeira emissora, a Rádio Difusora de Roraima, por iniciativa do então governador José Maria Barbosa. A estreia teve a presença do então presidente Juscelino Kubitscheck. Diferentemente da Difusora de Macapá, a estatal roraimense tinha o foco no entretenimento por meio de programas de auditório, promovidos no Teatro Carlos Gomes (RIBEIRO, 2003).

Dos estados que atualmente compõem a região Norte, Tocantins foi o último a receber uma emissora de rádio. A história do início das transmissões radiofônicas no território se confunde com a da própria formação do estado tocantinense por ter sido a principal porta-voz dos anseios da população em busca de uma autonomia político-administrativa em relação a Goiás (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

O pioneirismo do rádio tocantinense é marcado com a inauguração da *Rádio Difusora de Tocantins*, no município de Porto Nacional em 1968. Seu mentor foi o prefeito da cidade, Antônio Poincaré. De acordo com Paixão e Rocha (2018), as ondas sonoras da emissora atingiam distancia de aproximadamente 800 quilômetros, transbordando os limites para demais lugares, como o caso de Araguaína. Apesar do lançamento, a tecnologia não era novidade para os habitantes daquela região porque o sinal de transmissão das emissoras de Goiânia também alcançava o norte do estado.

Mesmo criada por um político, a Rádio Difusora de Tocantins direcionava sua programação para programas de auditórios e musicais ao estilo das emissoras FM. Ela funcionou dentro da casa do prefeito e sofreu censuras da Ditadura Militar em razão da liberdade artística concedida aos participantes das atrações. Como forma de tirá-la de vez do ar, o governo

federal a considerou clandestina e mandou a Polícia Federal fechá-la em 1976 (PAIXÃO; ROCHA, 2018).

A população do Norte goiano não ficou muito tempo sem emissora. O ex-prefeito de Goiânia e então ocupante do segundo mandato de deputado federal pelo estado, Jaime Câmara, recebeu concessão para explorar o serviço de radiodifusão em Araguaína, inaugurando em 5 de abril de 1979 a Rádio Araguaína AM. O político fazia parte da bancada da Arena, dos presidentes militares.

## **Considerações finais**

Este artigo se propôs a mapear as primeiras iniciativas do rádio em cada um dos estados que hoje são a região Norte do Brasil. O esforço de reunir em um único artigo é inédito: não na catalogação, mas na compilação, algo constatado durante uma pesquisa de Pós-Graduação em Jornalismo, na UEPG. Foi percebido que os escritos sobre o pioneirismo radiofônico em cada um dos sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins) precisavam ser condensados como forma de contribuição científica para a área.

Ancorado teoricamente em jornalismo regional (2016) sob o aspecto da abrangência geográfica das emissoras e local de suas sedes – fora do eixo *mainstream* -; e história positiva (BARROS, 2013), a pesquisa usou de pesquisa bibliográfica, documental e história oral para realizar o mapeamento.

Da primeira à última emissora pioneira dos estados que atualmente compõem a região Norte, percebe-se a forte influência intervencionista do poder público e da política na gênese das emissoras, mesmo que as motivações para a exploração do serviço de radiodifusão tenham sido atravessadas por interesses econômicos, como é o caso do Amazonas; ou de integração dos povos das florestas, a exemplo do Acre e Rondônia. O Pará é o único que foge à regra. A Rádio Clube teve sua fundação



capitaneada por profissionais liberais que tinham curiosidade de conhecer a tecnologia. Estudaram o funcionamento da telegrafia e conseguiram colocar a primeira emissora paraense no ar. Ressalta-se, entretanto, que a sua consolidação aconteceu somente a partir da doação de um terreno pela prefeitura de Belém.

No caso do Amapá, é visto forte controle do estado, sobretudo em razão da função dada e cumprida pela Rádio Difusora de Macapá na criação de uma imagem positiva do então governador Janary Nunes. O mesmo objetivo cumpria as demais difusoras dos outros territórios federais (Acre, Rondônia e Roraima). No caso de Tocantins, é visto que a ousadia de seu fundador sofreu com as censuras da Ditadura Militar. Isso mostra que o governo vigente no país se colocava como vigilante das programações ofertadas pelas rádios, mesmo em lugares longínquos, como era o caso do interior tocantinense. Já o entretenimento era o forte da Rádio Difusora de Roraima, com programas de auditório, uma característica forte na época de ouro do rádio no Brasil, mas com forte vigilância dos órgãos de controle.

## Referências

- AGUIAR, Sônia. **Territórios do jornalismo:** geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil.** Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013.
- CALABRE, Lia. **No tempo do rádio:** radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2002.
- BARROS, José. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 17, n.3, 2013. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/35976/18595>>. Acesso em 14 de jun. 2018.
- BIANCO, Neila. E o rádio, vai morrer na era da convergência tecnológica? In DANGELO, Newton.; SUELI, Sandra. **90 anos de rádio no Brasil.** Uberlândia: Editora UFU, 2016.
- FERRARETTO, Luiz. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em:

<<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/3961/2299>>. Acesso em 11 de dez. de 2018.

FERRARETTO, Luiz. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Revista EPTIC**, v.9, n.2, mai/ago, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/418/332>>. Acesso em 13 de dez. de 2018.

FREITAS, Roselita Lopes de Almeida. Evolução do radiojornalismo no Brasil. In **Anais XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Fortaleza-CE, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2415-1.pdf>>. Acesso em 12 de dez. de 2018.

GOIS, Fabiola Chistinade Lima. Jornalismo digital: a relação entre a mídia privada de Rondônia e a Agência Senado. **Monografia Especialização em Comunicação Legislativa**, Universidade do Legislativo Brasileiro, Brasília, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: Manual de Pesquisa em Ciências Humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Artmed, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MAFRA, Edilene.; MONTEIRO, Gilson Vieira. **O Rádio Migrado no Amazonas: Um Estudo Sobre a Rádio Rio Mar no Cenário de Migração de Amplitude Modulada (AM)** In Anais 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba-PR, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2935-1.pdf>>. Acesso em 13 de dez. de 2018.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. **Revista USP**, n. 56, p. 66-85, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/download/33808/36546>>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. França 1938, III Copa do Mundo: o rádio brasileiro estava lá. **Universidade de São Paulo, ECA**, 2000. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ortriwano-gisela-copa1938.pdf>>. Acesso em 12 de dez. de 2018.

PAIXÃO, Claudio Chaves; ROCHA, Liana Vidigal. O rádio no Tocantins: o processo de implantação e consolidação das primeiras emissoras. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 09, n. 01, jan./jun. 2018. Acesso em 12 de dez. de 2018.

PINHEIRO, Francisco de Moura; GONÇALVES, Márcia. A Rádio Difusora Acreana e o Movimento Autonomista. In **Anais VI Encontro Nacional de História da Mídia**. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/A%20Radio%20Difusora%20Acreana%20e%20o%20Movimento%20Autonomista.pdf>>. Acesso em 11 de dez. de 2018.

RIBEIRO, Edson Barbosa. Informativo de curta duração na Rádio Difusora de Roraima. **Monografia (Jornalismo)**, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2003.

SANTOS, Abinoan Santiago dos. A formação da imprensa da Amazônia: o primeiro século do jornalismo do Amapá (1890-1990). **Dissertação (Mestrado em Jornalismo)** - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SILVEIRA, Carla Liliane. O Rádio no país das Amazonas em tempos de internet. In **Anais XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife-PE, 2011. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2572-1.pdf>>. Acesso em 14 de dez. de 2018.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: historia oral. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VIEIRA, Edimara Bianca Corrêa. Cidade e cultura: a Belém de 1950 nas ondas do rádio. **Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas)**, Universidade de Campinas, Campinas, 2017.

ZUCULOTO, Valci ReginaMousquer. As fases da história do rádio brasileiro e as transformações da notícia radiofônica. In **Anais IV Encontro do Núcleo Gaúcho de História da Mídia**. São Borja-RS, 2012. Disponível em:

<<https://docplayer.com.br/16197592-As-fases-da-historia-do-radio-brasileiro-e-as-transformacoes-da-noticia-radiofonica-1.html>>. Acesso em 13 de dez. de 2018.

